

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.883 - SP (2019/0330241-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : GERALDO DO NASCIMENTO FILHO  
**RECORRENTE** : LUIZ CARLOS MARTINS  
**RECORRENTE** : CIPRIANO FERNANDES RUBIO  
**RECORRENTE** : JOSE CARLOS AVALOS RUIZ  
**RECORRENTE** : JURACIR TEIXEIRA  
**RECORRENTE** : JOAO DA SILVA  
**RECORRENTE** : BRUNO RAMOS DE LIMA  
**RECORRENTE** : LEANDRO RAMOS DE LIMA  
**RECORRENTE** : JOAO DE FATIMA MORAIS  
**RECORRENTE** : HELIO PIRES  
**RECORRENTE** : JOSE ALVES SOBRINHO  
**RECORRENTE** : CEZAR DE ALENCAR  
**RECORRENTE** : CLAUDINEI OLIVEIRA ROSA  
**RECORRENTE** : ADILSON RIBEIRO  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA - SP140741  
**RECORRIDO** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
**ADVOGADO** : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202

**DECISÃO**

Preliminarmente, o Supremo Tribunal Federal, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada no Recurso Extraordinário 827.996/PR (Tema n. 1.011).

O reconhecimento de repercussão geral, à tese apresentada no mencionado recurso, orienta o sobrestamento destes feitos, bem como a incidência do preceituado nos arts. 1.036 e 1.037, II, do CPC/2015, em face do possível juízo de retratação pela instância de origem.

Ante o exposto, DETERMINO A DEVOLUÇÃO dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte Superior, para que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia, de acordo com o disposto nos arts. 1.040 e 1.041, § 2º, do CPC/2015: 1) na hipótese de a decisão recorrida coincidir com a orientação do STF, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas, ou, 2) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do STF, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas, ou, 3) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator